13ª ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HORA DA HISTÓRINHA! O QUE VAMOS LER? QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - PERCEPÇÃO DAS SUTILEZAS

ITAMARA DE ALMEIDA NOVAIS DEMONICO

RESUMO

O presente artigo aborda como a representatividade e percepção da diversidade étnico-racial é contemplada por meio da contação de histórias ou momentos de leitura na Educação Infantil. Como essas práticas pedagógicas tornam-se facilitadoras no processo de ensino e aprendizagem das crianças pequenas. Propõe uma abordagem crítica-reflexiva dessa prática com crianças pequenas e como as diversas culturas são contempladas nesses momentos, em especial, a cultura africana e afro-brasileira. Estabelecendo o conceito da valorização da diversidade desde a Educação Infantil, compreendendo-a como primeira etapa da Educação Básica, aporte do desenvolvimento integral do sujeito. Esta pesquisa tem por finalidade investigar a importância desses momentos de leitura como forma de expressão, valorização e representatividade cultural dos diversos povos desde a primeira infância balizada pelas políticas afirmativas de diversidade cultural. Sob a ótica do desenvolvimento infantil atrelado ao processo de ser e estar no mundo e a constituição do sujeito, desvencilhando o olhar infante da hierarquização de povos e culturas para a promoção de uma sociedade plural.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura para promoção da diversidade; Educação Infantil; Questões Étnico-raciais; Representatividade.

ABSTRACT

This article discusses how the representativeness and perception of ethnic-racial diversity is contemplated through the telling of stories or moments of reading in Early Childhood Education. As these pedagogical practices become facilitators in the teaching and learning process of young children. It proposes a critical-reflexive approach to this practice with young children and how the various cultures are contemplated in these moments, especially African and Afro-Brazilian culture. Establishing the concept of valuing diversity since Early Childhood Education, understanding it as the first stage of Basic Education, in contribution to the integral development of the subject. This research aims to investigate the importance of these moments of reading as a form of expression, valorization and cultural representativeness of the various people since early childhood marked by affirmative policies of cultural diversity. From the perspective of child development tied to the process of being and being in the world and the constitution of the subject, disbanding the infant's gaze of the hierarchy of people and cultures for the promotion of a plural society.

KEYWORDS: Reading for diversity; Early Childhood Education; Ethnic-racial issues; Representativeness.

1. Introdução

Quando falamos em Educação Infantil nos debruçamos nos princípios que norteiam e contribuem para a construção de oportunidades significativas de experiências e vivências para os pequenos.

O papel do educador da primeira infância é contemplar em seus planejamentos as vozes infantis, tornar o percurso educativo relevante, desafiador e prazeroso aos bebês e crianças. O currículo da primeira infância assim como dispõe os dispositivos legais deve promover interações e brincadeiras, afim de propiciar o desenvolvimento integral dos infantes.

Dentre os vários momentos e vivências pensados para a exploração das potencialidades dos pequenos e pequenas, a hora da leitura ou contação de história é um momento muito prazeroso para as crianças. Mais do que desenvolver o gosto pela leitura, é um momento de romper paradigmas. Essa ação deve estar pautada nos princípios éticos e estéticos.

[...] a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. Uma crítica permanente aos desvios fáceis com que somos tentados, às vezes ou quase sempre, a deixar as dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar[...] (FREIRE, 1996, p. 33)

A ação docente pautada em tais princípios, tem de buscar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação (FREIRE, 1996), aliar a prática educativa à reflexão e pesquisa, ações atreladas aos questionamentos: Quais leituras estão sendo propostas? Qual o discurso privilegiado? Há contextualização com as vivências? Os bebês e crianças estão tendo seus contextos sociais e culturais respeitados e valorizados? Quais são os aspectos relevantes? Essas indagações e tantas outras devem permear o planejamento.

As vozes infantis ecoam e são capazes de reproduzir, ainda que não o saibam o que na verdade representam valores destorcidos e comportamentos arraigados da atual sociedade. As crianças desde muito pequenas estão construindo a compreensão de ser e estar no mundo. Elas são sensíveis o bastante para compreender as sutilezas nas relações sociais. Essa ruptura de paradigmas só será possível com políticas afirmativas desde a primeira infância.

O presente artigo aborda as questões étnico-raciais na Educação Infantil contempladas na hora da leitura ou contação de histórias para bebês e crianças pequenas e suas muitas vertentes. Como educadores e educadoras, familiares e crianças, e toda comunidade educativa atuam nessa construção.

A prática cotidiana, deve permear a preocupação como objeto de análise e estudo, as relações étnico-raciais e as práticas promotoras de equidade. Perpassando por ações de valorização e representatividade das diversas etnias: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (DCNEI, 2009).

Neste cenário, as reflexões relacionadas às relações étnico-raciais, no cotidiano das escolas de Educação Infantil, amparadas pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, precisam ocupar lugar significativo não

somente no Ensino Fundamental e Médio em algumas disciplinas, mas em todas as etapas da Educação. As políticas afirmativas e ações conjuntas corroboram como possibilidades de pensar no ser humano diverso e partícipe de grupos sociais e de territórios culturais plurais.

O equívoco de apresentar a cultura negra, indígena no currículo infantil, como secundária, não como matrizes constitutivas do povo brasileiro. Nas práticas diárias, momentos relevantes de aprendizagem de povos que contribuíram para "surgimento" do Brasil enquanto nação, passam desapercebidas, sendo consideradas tais proposições em datas comemorativas ou históricas de forma estereotipada.

Para uma educação promotora de igualdade que considere as diferentes infâncias o lugar de fala das crianças deve estar desde a constituição do planejamento, situações de confronto do território em que estão inseridas, suas culturas familiares, um aporte tão grande como esses infantes o são.

O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.

A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então se a criança muda a função do verbo, ele delira.

E pois.

Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos[...] (BARROS, 2009, p. 83)

A escola não está a margem, não é um oásis. É um lugar de formação, de problematização, reflexão e principalmente de desconstrução de práticas arraigadas e excludentes. Desse verbo delirante para além de uma educação pragmática, "fazer nascimentos", nascer uma sociedade mais justa e igualitária a partir de uma prática educativa que valorize o sujeito e suas potencialidades rompendo com estigmas, processos discriminatórios e estruturados para manutenção das relações de poder estabelecidas. Perceber a Educação como prática da liberdade (hooks, 2017).

2. HORA DA HISTORINHA! O QUE VAMOS LER?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) reforça a importância de os pequenos terem acesso ao conhecimento cultural e científico, preservando o modo que a criança se situa no mundo. As DCNEI colocam o foco nas interações e na brincadeira como eixos estruturantes do currículo, além de considerar os princípios éticos, políticos e estéticos que devem nortear a produção do conhecimento nas escolas infantis. Há muitos passos a serem dados no que aborda incluir a cultura afro-brasileira a nossa nação, procurando introduzi-la e também as outras culturas que constituíram o nosso povo. De forma mais relevante no cotidiano das salas de aula, começando a romper esse padrão nas práticas da Educação Infantil.

Estas diretrizes são percebidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nestes documentos do Ministério da Educação e Desporto/Secretaria da Educação (BRASIL, 1998). Neles, a escola deverá contribuir para que princípios constitucionais de igualdade sejam viabilizados, principalmente no que se refere às questões da diversidade cultural.

Com a vivência da criança, em todo o ambiente em que ela está familiarizada, o currículo tem que ser vivo, traduzido não somente em um currículo conteudista, especialmente na Educação Infantil, mas como aborda as DCNEI nas interações e brincadeira. Há um vasto universo para apresentar e deixar com que a imaginação aflore a cada instante neles, e é importante vivenciar esses momentos únicos com as crianças. Repertoriar, enaltecer, valorizar, a cultura afro-brasileira é dar visibilidade a ancestralidade desses povos fundantes.

Entendendo que o currículo é o caminhar com os bebês e crianças e não algo pronto, romper paradigmas é urgente. Devendo-se frisar a cada momento para a criança o quanto a diversidade é importante com contextos educativos significativos para se construir uma cultura ampla, sem preconceitos, a corporificação pelo exemplo por meio de conhecimento de culturas, práticas, histórias, vivências e ações.

Há pesquisas que indicam que as crianças de 3 a 5 anos começam a identificar as relações étnico-raciais. Observando ao redor, como cada criança é em suas características físicas, sendo sua pele mais clara ou mais escura; com os cabelos mais lisos ou cacheados; as cores dos olhos escuros ou claros; e cada mínimo detalhe sendo buscado por meio do toque ou o olhar intenso em cada momento.

A escola no desenvolvimento do seu projeto político pedagógico norteando as questões étnico-raciais tornaria visível suas deficiências, assim como os avanços frente as questões. Que estão presentes em seu dia a dia corriqueiro, como a falta de brinquedos que explorem a criança como ela é, reflita a representatividade dos mais variados fenótipos.

Este conhecimento e compreensão de valorização de todos os povos não é tão aprofundado o quanto deveria, dando somente os aspectos significativos para aquele que tem o domínio de certo assunto, já que esta estrutura social foi especialmente desenvolvida por meio das misturas dos povos e culturas.

Mostrar para a criança que não somente existe uma boneca branca dos olhos claros e cabelo liso, como também existe a boneca negra, não aquela representada de forma depreciativa como “nega maluca”, mas uma que tenha a pele marrom, olhos castanhos e belos cachinhos em sua cabeça.

Apresentar a cultura dos povos africanos de maneira positiva, instrumentos, danças, comidas, costumes, curiosidades, contos e histórias de heróis negros que validem as crianças e que elas se identifiquem construindo uma visão positiva de si.

Esses momentos podem e devem ser contemplados em histórias e vivências que tragam essa diversidade cultural para a escola envolvendo a comunidade nessa construção. A exemplo disso, um Centro de Educação Infantil (CEI) da zona Norte de São Paulo promoveu o “Conta pra mim”, evento realizado uma vez por semana onde pessoas da comunidade vinham contar ‘causos’ para as crianças. Porém, devido a pandemia esse evento está suspenso. Propostas assim, alargam os horizontes, mas só são possíveis por meio da democratização do saber.

Receber a caixa de livros que serão trabalhados com os pequenos ao longo do ano letivo requer um olhar atento e crítico. Quais literaturas estão contempladas?

Quais histórias são consideradas? Qual o discurso? Apenas um livro de personagem negro ou uma coletânea de contos africanos é algo diminuto e irrelevante para a pretensão de uma educação libertadora.

Garantir o direito ao qual as crianças têm de propostas educacionais afirmativas, principalmente as crianças de escolas públicas e periféricas, onde a maioria são indivíduos negros, tanto estudantes quanto os profissionais. Esse desenvolvimento integral apregoado na educação da primeira infância: a representação cultural e artística do povo brasileiro, não traduz de forma clara as relações com a cultura negra ou aos aspectos ligados ao povo negro. Onde, se baseia de forma mais contundente a cultura europeia, permeando a base curricular da Educação Infantil. Contos de fadas, lindas donzelas brancas de cabelos lisos e olhos claros; príncipes brancos, cabelos ao vento montados em um belo alazão branco.

O racismo está tão estruturado e arraigado que alguns professores não conseguem perceber a igualdade com a própria criança ao qual ensina. Ao receber um desenho feito pela criança, não consegue entender o porquê ela usou aquela cor de lápis para representá-lo. Quando na verdade, o desenho apenas simboliza o apreço destinado ao professor. Será se a cor fosse azul ou verde ao invés de marrom ou preto causaria incomodo? Essas reflexões são primordiais para descortinar a visão do educador e mostrar o valor de si mesmo transmitidos para a criança.

A invisibilidade só se mostra nas consequências em que isso gera no futuro, através da discriminação e a desigualdade discrepante ao qual nossa sociedade viveu e vive por longas décadas. Porém, não se deve somente agir quando essas bases estiveram estabelecidas, para que todos os obstáculos vistos e não vistos sejam restaurados. A ação se inicia quando o problema é identificado, para que a corroboração aconteça em grande escala.

A legislação e a prática pedagógica devem andar juntas, já que a escola em sua maioria pública e periférica não tem a estrutura física, material e pessoal necessárias para essa consolidação, mas se faz necessária ações promotoras de inclusão da diversidade cultural dos povos africanos.

A Lei nº10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, simbolizou um enorme avanço na construção de uma educação antirracista, porém não inclui de forma clara a Educação Infantil. Sendo um marco nas relações raciais na educação, a aprovação e a implementação da lei constituem, o reconhecimento da identidade cultural negra.

Neste contexto, focando nas relações étnico-raciais e a infância, o que possibilita uma série de reflexões e reconhecimento de que este é um assunto que precisa pautar os diferentes segmentos educacionais, permeando planejamentos, posturas e estudos, de forma que possa assim, investir em uma sociedade cada vez mais tolerante e respeitosa. Precisa tornar visível para aqueles que ignoram ver que a diversidade está presente na vida de todos, seja ele negro ou não.

As crianças devem ser estimuladas a explorar livremente, porém, em contextos cuidadosamente planejados pelo professor. Essa intencionalidade se expressa, muitas vezes, na organização dos espaços, na escolha dos materiais que serão oferecidos

para as crianças em especial os livros. As histórias devem valorizar as diversas culturas, trazer representatividade e nutrir a imaginação dos infantes. O pequeno príncipe preto (FRANÇA, 2020); Amoras (EMICIDA, 2018); Tanto tanto (COOKE, 2013); Menina bonita do laço de fita (MACHADO, 2010; Meu crespo é de rainha (hooks, 2018); Minha dança tem história (hooks, 2019); O menino marrom (ZIRALDO, 2012); As panquecas da mama Panya (CHAMBERLIM, 2005); Betina (GOMES, 2009); Uma história mais ou menos parecida (PASCHOALLIN, 2013); Caderno de rimas do João (RAMOS, 2016); Caderno sem rimas da Maria (RAMOS, 2018) etc. Esses e tantos outros títulos podem enriquecer e favorecer as interações e brincadeiras dos pequenos, pois valoriza o protagonismo de meninos e meninas negros.

Essa construção positiva da cultura africana e afro-brasileira é a passos vagarosos, mas firmes. Na hora da história as crianças são capazes de incluir esses e tantos outros títulos que abordam essa temática e no jogo simbólico esses personagens aparecem e são interpretados por todas as crianças sejam elas negras ou não. Também é percebido quando há o dia da beleza, as brincadeiras com secadores e pranchas alisadoras aparecem, mas também as tranças e penteados com lenços e turbantes. Porém práticas assim só são possíveis porque lá atrás nos debruçamos a reavaliar a prática pedagógica, foi pensado como traduzir em ações uma educação para igualdade social, para a liberdade. Os dispositivos legais balizam e as teorias estudadas fundamentam o fazer.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação contemporânea e globalizada requer contextos educativos significativos e formadores para o ‘homem do séc. XXI’, exigindo que processo de ensino e aprendizagem sejam refletidos e contextualizados pelos educadores. Desta forma, os vários campos das ciências contribuem para tornar o processo educativo algo significativo e prazeroso para o desenvolvimento da criança pequena.

Imprescindível a formação docente tanto a inicial, como a continuada, onde cada profissional reavalia sua prática, como busca novas estratégias e teorias que contemplem e subsidiem a valorização da diversidade, bem como, elucide as formas de discriminação e preconceito arraigados. Isso começa na Educação Infantil, para que bebês e crianças, jovens e adultos possam seguir nesse mundo promoção da diversidade.

As políticas públicas brasileiras ainda estão em vias de efetivação, há ainda grandes barreiras a serem superadas para que a Educação seja de fato para todos e haver um futuro melhor e mais justo para nossas crianças.

A identidade tem que ser construída de forma positiva, sem hierarquia ou desvalorização. Perceber-se enquanto ser único com potencialidades ajuda aos meninos e meninas construírem suas personalidades e se constituírem enquanto sujeitos de direitos compondo uma sociedade menos excludente.

Com essa base, a pessoa ao qual se identifica como uma pessoa negra diante da sociedade, ela começa a se enxergar primeiramente para que depois, os outros começarem vê-la como uma pessoa negra. A

sua cor de pele não a torna menos ou mais capaz que as outras pessoas. Entretanto, esse pensamento requer um certo esforço, já que não é algo que se consegue de um dia para o outro. E a maneira como se segue a partir disso, é que irá dizer como cada um vai lidar com a inclusão ou exclusão racial.

No entanto, todos os educadores e a comunidade escolar devem criar condições efetivas para trabalhar nos espaços escolares com os pequenos, ações antirracismo para uma transformação social. Os colegiados, momentos formativos e de troca de experiências para fomentar tais transformações. A responsabilidade é de todos, importante que atentem para o discurso da educação de qualidade. Certas repetições de erros acontecem pela falta de informações, mesmo em um momento tecnológico tão cheio de pesquisas e informações. E assim vemos que a formação é algo de grande importância, nesse ensino laico ao qual somos inseridos.

A crença que no Brasil não existe discriminação racial é antiga, um tanto persistente e muito presente no ambiente nacional. Argumenta-se que a cultura brasileira não era apenas mestiça, contudo recusa qualquer pureza étnica.

A visão depreciativa associada à cor da pessoa combinada a outras características, como o grau de formação, trabalho e até mesmo hábitos pessoais, uma maneira tendenciosa de ignorar o preconceito. A discriminação implica uma preferência por indivíduos que tenham as marcas raciais menos acentuadas mais discretas.

O Brasil, a partir da sua história de colonização, nunca obteve uma identidade autêntica, uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, é com certeza um desafio desenvolver na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro. Mas mesmo existindo estas dificuldades, pode-se perceber nas escolas algumas mudanças básicas, nos currículos e nos relacionamentos escolares e em sala de aula.

Percebe-se que desde a Educação Infantil aos cursos superiores, a educação, enquanto espaço de socialização e de instrução e de aquisição de conhecimentos, vem sendo cada vez mais democratizada e universalizada. No entanto, mesmo existindo estas mudanças, principalmente da postura das escolas em relação as etnias raciais, apesar de importância e diversidade dos trabalhos sobre relações étnico-raciais, ainda faltam muitos aspectos a serem superados.

Diante da complexidade da realidade brasileira e da forma pela qual o racismo se expressa na escola. A inclusão clara, transparente e global ainda continua distante da realidade. Sendo assim, como a educação das relações étnico- raciais tem por objetivo divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que enfatizem a pluralidade étnico-racial, educando as crianças para interagir no sentido de respeitar as diferenças e valorizar as identidades, fica claro que todos os esforços devem ser feitos para viabilizar uma educação que de fato seja um marco no tratamento das questões da infância e das diversas variáveis étnico-raciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS